



Prefeitura Municipal de Patos de Minas

Secretaria Municipal de Saúde

DÉCIMO SEGUNDO

TERMO ADITIVO AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE ENTES PÚBLICOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE - SMS-PM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS/HOSPITAL REGIONAL ANTÔNIO DIAS, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Termo aditivo ao protocolo de cooperação, celebrado em 31/12/2019, que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**, CNPJ nº 18.602.011/0001-07, neste ato representado pelo prefeito Sr. Luís Eduardo Falcão Ferreira, no uso das atribuições que o permitem representar o Município de Patos de Minas, de outro lado a **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS** CNPJ: 19.843.929/0001-09 localizada na Alameda Vereador Alvaro Celso, nº100, bairro: Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, CEP 30.150-260 neste ato representada pela Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais Renata Ferreira Leles Dias, brasileiro, inscrito no CPF nº XXX.733.XXX-XX e por delegação de competência o representante do Hospital Regional Antônio Dias, localizada na CNPJ: 19.843.929/0012-83 R. José dos Reis, 77 - Centro, Patos de Minas - MG, CEP: 38700-180, a Diretora Hospitalar Valéria Costa Queiroz, brasileira, inscrita no CPF: n.º XXX.800.XXX-XX, que por força do presente instrumento e no disposto na Lei 8.666/93 e Processo nº 155139-21-PAT-INT de 13/12/2021, as partes ajustam entre si, mediante a cláusula seguinte, independente de transcrição:

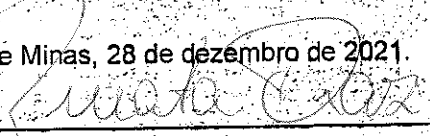
CLÁUSULA ÚNICA: ANEXO TÉCNICO IX: ENFRENTAMENTO AO COVID-19

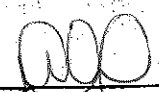
Inclusão do anexo técnico IX referente ao ENFRENTAMENTO AO COVID-19

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original.

E, por estarem assim de acordo, assinam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito.

Patos de Minas, 28 de dezembro de 2021.


Renata Ferreira Leles Dias
Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais


Valéria Costa de Queiroz
Diretora Hospitalar do Hospital Regional Antônio Dias


Luís Eduardo Falcão Ferreira
Prefeito Municipal de Patos de Minas


Assinado digitalmente por:
LUIS EDUARDO FALCAO FERREIRA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:





ANEXO TÉCNICO IX – ENFRENTAMENTO AO COVID-19

O presente ANEXO tem por objeto o estabelecimento dos compromissos a serem cumpridos pela Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais FHEMIG/Hospital Regional Antônio Dias, denominado CONTRATADO.

Considerando a Lei nº 13.789 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019,

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19),

Considerando a Portaria 414/GM/MS, de 18 de março de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto/Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19.

Considerando a Portaria nº 902 de 20 de abril de 2020, que habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios do Estado de Minas Gerais.

Considerando o Plano Estadual de Minas Gerais de Contingência para Emergência em Saúde Pública – Infecção Humana Pelo Sars-Cov- 2 (Doença pelo Coronavírus – Covid-19).

Considerando o Plano de Contingência Operativo da Macrorregião Noroeste,

Considerando a Deliberação CIB-SUS/MG nº 7295 de 13 de novembro de 2020 que autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para enfrentamento do Coronavírus – COVID 19, previstos em Portaria Ministeriais, a título de incentivo emergencial e temporário pela manutenção em atividade de leito UTI SRAG Covid-19, no mês de novembro de 2020.

Considerando a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3318 de 09 de fevereiro de 2021, aprova a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para enfrentamento do Coronavírus – COVID 19, a título de incentivo emergencial e temporário, previstos na Portaria GM/MS nº 3896, de 30 de dezembro de 2020,

Considerando a Resolução SES/MG nº 7396, de 09 de fevereiro de 2021, que autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para enfrentamento do Coronavírus – COVID 19, previstos em Portaria Ministeriais, a título de incentivo emergencial e temporário pela manutenção em atividade de leito UTI SRAG Covid-19, no mês de janeiro de 2021.

Considerando a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3360 de 19 de março de 2021, aprova a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para enfrentamento do Coronavírus – COVID 19, a título de incentivo emergencial e temporário a partir de fevereiro de 2021, e dá outras providências.

Considerando a Resolução SES/MG nº 7446 de 19 de março de 2021, que autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para enfrentamento do Coronavírus – COVID 19, a título de incentivo emergencial e temporário.

Considerando a Portaria GM/MS nº 567 de março de 2021, que autoriza leitos de unidade de terapia intensiva – UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes Covid-19.



Considerando a Portaria GM/MS nº 2.366 de 14 de setembro de 2021, que libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI tipo II adulto e pediátrico dos Estados e Municípios, para atendimento exclusivo dos pacientes Covid-19.

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.733^{UD PT 230} de 14 de outubro de 2021, que libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI tipo II adulto e pediátrico dos Estados e Municípios, para atendimento exclusivo dos pacientes Covid-19.

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.202 de 18 de novembro de 2021, que libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI tipo II adulto e pediátrico e leitos das Unidades de Terapia Intensiva – UTI tipo II adulto e pediátrico (convertidos), para atendimento exclusivo dos pacientes Covid-19.

I - DO PROGRAMA DE ATENÇÃO HOSPITALAR DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19

O Programa tem por objetivo buscar a qualificação da assistência no processo de gestão hospitalar em razão das necessidades e da inserção do hospital na rede hierarquizada e regionalizada do SUS, garantindo a atenção integral à saúde dos municípios que integram a microrregião e/ou macrorregião de saúde, na qual o Hospital está inserido, visando o enfrentamento da Pandemia do COVID-19.

II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

I - Formalizar a parceria para a realização de serviços, ações e atividades, no âmbito do SUS, visando o fortalecimento das ações de assistência à saúde a pacientes acometidos pela Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

II - O prestador deverá dispor leitos já habilitados de UTI Adulto tipo II e leitos de internação clínica (média complexidade) para atendimento desta patologia, cujo acesso dos pacientes a estes leitos se dará pela Central de Regulação.

III - A definição dos atendimentos descritos neste anexo deverá ser pactuada conjuntamente pela CONTRATANTE, CONTRATADO (A), considerando:

- a) Todas as ações e serviços disponíveis ao SUS pelo Hospital;
- b) A estrutura tecnológica e a capacidade instalada;
- c) Atendimentos de urgência e emergência e dos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, com os seus quantitativos e fluxos de referência e contra-referência;
- d) Descrição das atividades de aprimoramento e aperfeiçoamento da gestão hospitalar, em especial aquelas referentes:
 - d.1) a prática de atenção humanizada aos usuários;
 - d.2) ao trabalho de equipe multidisciplinar;
 - d.3) ao incremento de ações de garantia de acesso;
 - d.4) ao funcionamento adequado dos comitês de avaliação de mortalidade por grupo de risco, (comissão de óbito);

IV - O acompanhamento quantitativo da parcela pré-fixada somente se dá sobre os procedimentos definidos na Tabela SUS como de média complexidade, financiados pelo fundo de Média e Alta Complexidade (MAC);

V - Para obtenção do cumprimento quantitativo hospitalar, será confrontado o volume de serviços contratados com o volume de serviços produzidos no respectivo período, conforme apresentação e aprovação do SIHD/SUS;

VI - O valor da diária de UTI será pago conforme financiamento Federal disposto na Portaria



específica.

VII - Os valores dos Serviços Hospitalares da produção apresentada e aprovada no SIHD dos pacientes internados, do código 03.03.01.0223 Tratamento de infecção pelo novo Coronavírus, serão pagos conforme disposto na programação orçamentária.

VIII - Caberá ao Hospital apresentação da AIH do paciente no mês da alta hospitalar do mesmo.

III - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES

III.1 - DO CONTRATADO

Cabe ao CONTRATADO, sem prejuízo das demais responsabilidades atribuídas:

- a. Aplicar os recursos financeiros recebidos conforme descrito nesse Anexo Técnico
- b. Assumir, em caráter permanente, os compromissos listados neste Anexo, bem como os demais compromissos e que foram cumpridos plenamente e incorporados pelo CONTRATADO;
- c. Atender aos usuários do SUS com instalações e recursos humanos próprios oferecendo assistência a saúde em Unidade de Terapia Intensiva Adulto e em leitos de internação clínica, para pacientes suspeitos ou portadores de COVID-19, segundo o disposto na RDC n.º 7/2010 – ANVISA.
- d. Para a prestação de serviço hospitalar estão incluídos:
 1. Tratamento das possíveis complicações clínicas que possam ocorrer ao longo do processo assistencial;
 2. Tratamentos concomitantes diferentes daquele classificado como principal que motivou a internação do paciente e que possam ser necessárias adicionalmente devido às condições especiais do paciente e/ou outras causas;
 3. Fornecimento de todo Recurso Humano profissional para a implantação e execução dos serviços, em atendimento às normas reguladores, em especial à RDC 7/2010 – ANVISA
 4. Assistência e cuidados médicos e de enfermagem, necessários durante o período de internação
 5. Procedimentos especiais como Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Psicologia, Nutrição e Dietética, Assistência Social e Farmacológica e outros que se fizerem necessários ao tratamento integral do paciente, respeitando a complexidade da unidade hospitalar.
 6. Tratamento medicamentoso que seja requerido durante o processo de internação.
 7. Terapia Renal Substitutiva de urgência quando indicada.
 8. A utilização do hemocomponentes e hemoderivados em consonância com a Portaria MS/GM 1469 de 10 de julho de 2006.
 9. Serviços de Apoio Diagnóstico, como Exames Laboratoriais e Diagnóstico por Imagem
 10. Serviços de Apoio Hospitalar como:
 - 10.1 Laboratório de Análises Clínicas, com a realização de todos os exames necessários à terapia e acompanhamento;
 - 10.2 Diagnóstico por Imagem, com a realização de todos os exames necessários à terapia e acompanhamento
 - 10.3 Central de Farmácia / cadeia de Suprimentos com o fornecimento de todo insumo assistencial, medicamentos e materiais médicos necessários à terapia;
 - 10.4 Engenharia Clínica, responsável pela disponibilização de todo equipamento médico necessário à terapia, com ênfase especial à disponibilização de Ventiladores Pulmonares, Monitores Multiparamétricos, Bombas de Infusão e todos itens preconizados pela RDC 07/2010. Para as Diárias de Terapia Intensiva deste objeto está incluso a disponibilização de Ventilação Pulmonar Microprocessada Invasiva (Ventilador Pulmonar);
 - 10.5 Engenharia e Manutenção Predial, responsável por toda infraestrutura Hospitalar;
 - 10.6 Central de Material Estéril para reprocessamento de itens a alta e baixa temperatura;



- 10.7 Lavanderia Hospitalar, com fornecimento de Enxoval Hospitalar;
- 10.8 Nutrição e Dietética, com fornecimento de Alimentação, incluindo nutrição Enteral;
- 10.9 Limpeza Hospitalar e Gestão de Resíduos de Saúde;
- 10.10 Hotelaria Hospitalar;
- 10.11 Recepção, Portaria, Vigilância, Segurança;
- 10.12 Estrutura Lógica, Elétrica, Telefonia, etc.
- 10.13 Serviços e procedimentos diagnóstico-terapêuticos especiais como avaliação médica de especialidades.
- 10.14 Seguir as orientações e diretrizes para diagnóstico e tratamento da Covid-19 conforme protocolo do Ministério da Saúde.
- 10.15 Para pacientes internados na terapia intensiva e com dificuldade de desconexão da ventilação mecânica, deverá ser ofertada a realização de traqueostomia no Contratado, observados os sinais de possibilidade de extubação, cujos relatos médicos deverão constar no prontuário.
- 10.16 Necessidade de médico para realizar assistência nos leitos clínicos.

III. 2 - DO CONTRATANTE

- 2.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.
- 2.2 Controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços contratados;
- 2.3 Transferir os recursos previstos neste contrato à CONTRATADA, conforme Cláusulas.

IV - DA REGULAÇÃO E DO FLUXO DE ADMISSÃO DOS PACIENTES

Os pacientes que necessitarem dessa modalidade de assistência serão regulados e referenciados pela Central de Regulação Estadual

- 1.1 São elegíveis à admissão aos Leitos de UTI Adulto Tipo II Covid-19 na Unidade Hospitalar CONTRATADA ou aos leitos clínicos os pacientes exclusivamente suspeitos ou confirmados de Infecção pelo Coronavírus, encaminhados pela Central de Regulação Estadual.

V - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INCENTIVOS

1. ORÇAMENTO PÓS-FIXADO

O componente pós-fixado será repassado ao CONTRATADO pós-produção, processamento e aprovação no Sistema de Informação Hospitalar (SIH), conforme já descrito no Documento Descritivo.

ORÇAMENTO PÓS-FIXADO	VALOR (R\$)
Diárias de UTI (900 uni.)	R\$1.440.000,00
Outros serviços da AIH*	R\$79.654,77
Total	R\$1.519.654,77

* A prestação de serviços lançadas no código de procedimento 03.03.01.022-3 – Tratamento de infecção pelo novo Coronavírus

VI - PERFIL DO CADASTRO DE OFERTA

1- METAS FÍSICAS

Procedimento



10 leitos UTI Adulto Tipo II
09 leitos clínicos

VII - DISPOSIÇÕES GERAIS ORÇAMENTÁRIAS

I - Os desembolsos mensais pós-fixados estimados somente serão realizados após apresentação, processamento da produção e a transferência dos recursos correspondentes pelas esferas estadual e federal, observados o cronograma de aprovação da produção no DATASUS/MS e o fluxo de pagamento instituído pela SMS-PM.

II - Os desembolsos dos valores de diária de UTI serão pagos conforme repasse em parcelas estabelecidas nas Portarias Federais.

III - Ficará a critério da SMS-PM, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e mediante decisão do Gestor Municipal, autorizar pagamentos superiores aos tetos de produção estabelecidos para a média e a alta complexidade;

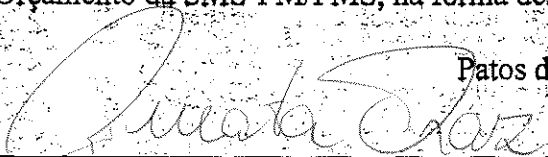
IV - Os valores previstos neste Plano Operativo poderão ser alterados, tanto para a inclusão, quanto para a redução de ações e serviços, pactuados de comum acordo entre a SMS-PM e o CONTRATADO, mediante celebração de novo Termo Aditivo;

V - Esta SMS-PM revisará os valores do teto financeiro e o repasse de recursos financeiros de que trata este Plano Operativo na medida em que as esferas de gestão atualizarem os valores vigentes de procedimentos e incentivos do SUS.

VIII - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante do Hospital, DECLARO, para fins de prova junto à Secretaria Municipal de Saúde/FMS, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito de mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional, Estadual e Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no Orçamento da SMS-PM/FMS, na forma deste Termo Aditivo.

Patos de Minas, ____ de ____ de 2021.



Renata Ferreira Leles Dias
Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais


Valéria Costa de Queiroz
Diretora Hospitalar do Hospital Regional Antônio Dias

IX - APROVAÇÃO DO CONCEDENTE

APROVADO:

Patos de Minas, ____ de ____ de 2021.


Luís Eduardo Falcão Ferreira
Prefeito Municipal de Patos de Minas



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Saúde

DÉCIMO QUARTO

TERMO ADITIVO AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE ENTES PÚBLICOS QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE - SMS-PM, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS/HOSPITAL REGIONAL ANTÔNIO DIAS, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Termo aditivo ao protocolo de cooperação, celebrado em 31/12/2019, que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**, CNPJ nº 18.602.011/0001-07, neste ato representado pelo prefeito Sr. Luís Eduardo Falcão Ferreira, no uso das atribuições que o permitem representar o Município de Patos de Minas, de outro lado a **FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS** CNPJ: 19.843.929/0001-09 localizada na Alameda Vereador Álvaro Celso, nº100, bairro: Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, CEP 30.150-260 neste ato representada pela Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais Renata Ferreira Leles Dias, brasileiro, inscrito no CPF nº XXX.733.XXX-XX e por delegação de competência o representante do Hospital Regional Antônio Dias, localizada na CNPJ: 19.843.929/0012-63 R. José dos Reis, 77 - Centro, Patos de Minas - MG, CEP: 38700-180, a Diretora Hospitalar Valéria Costa Queiroz, brasileira, inscrita no CPF: n.º XXX.800.XXX-XX, que por força do presente instrumento e no disposto na Lei 8.666/93 e Processo nº 824-22-PAT-INT de 07/01/2022, as partes ajustam entre si, mediante a cláusula seguinte, independente de transcrição:

CLÁUSULA ÚNICA: ANEXO TÉCNICO X: ENFRENTAMENTO AO COVID-19

Inclusão do anexo técnico X referente ao ENFRENTAMENTO AO COVID-19

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original.

E, por estarem assim de acordo, assinam o presente Termo Aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito.

Patos de Minas, 12 de janeiro de 2022.

Renata Ferreira Leles Dias
Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

Valéria Costa de Queiroz
Diretora Hospitalar do Hospital Regional Antônio Dias

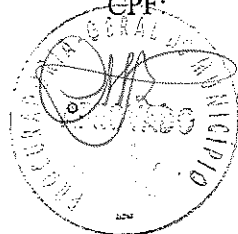
Luís Eduardo Falcão Ferreira
Prefeito Municipal de Patos de Minas

SERPRO
Assinado digitalmente por:
LUIS EDUARDO FALCAO FERREIRA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digit>>

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:





ANEXO TÉCNICO X- ENFRENTAMENTO AO COVID-19

O presente ANEXO tem por objeto o estabelecimento dos compromissos a serem cumpridos pela Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais FHEMIG/Hospital Regional Antônio Dias, denominado CONTRATADO.

Considerando a Lei nº 13.789 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019.

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Considerando a Portaria 414/GM/MS, de 18 de março de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto/Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19.

Considerando a Portaria nº 902 de 20 de abril de 2020, que habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios do Estado de Minas Gerais.

Considerando o Plano Estadual de Minas Gerais de Contingência para Emergência em Saúde Pública – Infecção Humana Pelo Sars-Cov- 2 (Doença pelo Coronavírus – Covid-19).

Considerando o Plano de Contingência Operativo da Macrorregião Noroeste.

Considerando a Deliberação CIB-SUS/MG nº 7295 de 13 de novembro de 2020 que autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para enfrentamento do Coronavírus – COVID 19, previstos em Portaria Ministeriais, a título de incentivo emergencial e temporário pela manutenção em atividade de leito UTI SRAG Covid-19, no mês de novembro de 2020.

Considerando a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3318 de 09 de fevereiro de 2021, aprova a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para enfrentamento do Coronavírus – COVID 19, a título de incentivo emergencial e temporário, previstos na Portaria GM/MS nº 3896 , de 30 de dezembro de 2020.

Considerando a Resolução SES/MG nº 7396, de 09 de fevereiro de 2021, que autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para enfrentamento do Coronavírus – COVID 19, previstos em Portaria Ministeriais, a título de incentivo emergencial e temporário pela manutenção em atividade de leito UTI SRAG Covid-19, no mês de janeiro de 2021.

Considerando a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3360 de 19 de março de 2021, aprova a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para enfrentamento do Coronavírus – COVID 19, a título de incentivo emergencial e temporário a partir de fevereiro de 2021, e dá outras providências.

Considerando a Resolução SES/MG nº 7446 de 19 de março de 2021, que autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para enfrentamento do Coronavírus – COVID 19, a título de incentivo emergencial e temporário.

Considerando a Portaria GM/MS nº 567 de março de 2021, que autoriza leitos de unidade de terapia intensiva – UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes Covid-19.



Considerando a Portaria GM/MS nº 3.440 de 1º de dezembro de 2021, que libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI tipo II adulto e pediátrico e leitos das Unidades de Terapia Intensiva – UTI tipo II adulto e pediátrico (convertidos), para atendimento exclusivo dos pacientes Covid-19.

I - DO PROGRAMA DE ATENÇÃO HOSPITALAR DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19

O Programa têm por objetivo buscar a qualificação da assistência no processo de gestão hospitalar em razão das necessidades e da inserção do hospital na rede hierarquizada e regionalizada do SUS, garantindo a atenção integral à saúde dos munícipes que integram a microrregião e/ou macrorregião de saúde, na qual o Hospital esta inserido, visando o enfrentamento da Pandemia do COVID-19.

II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

I - Formalizar a parceria para a realização de serviços, ações e atividades, no âmbito do SUS, visando o fortalecimento das ações de assistência à saúde a pacientes acometidos pela Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

II - O prestador deverá dispor leitos já habilitados de UTI Adulto tipo II e leitos de internação clínica (média complexidade) para atendimento desta patologia, cujo acesso dos pacientes a estes leitos se dará pela Central de Regulação.

III - A definição dos atendimentos descritos neste anexo deverá ser pactuada conjuntamente pela CONTRATANTE, CONTRATADO (A), considerando:

- a) Todas as ações e serviços disponíveis ao SUS pelo Hospital;
- b) A estrutura tecnológica e a capacidade instalada;
- c) Atendimentos de urgência e emergência e dos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, com os seus quantitativos e fluxos de referência e contra-referência;
- d) Descrição das atividades de aprimoramento e aperfeiçoamento da gestão hospitalar, em especial aquelas referentes:
 - d.1) a prática de atenção humanizada aos usuários;
 - d.2) ao trabalho de equipe multidisciplinar;
 - d.3) ao incremento de ações de garantia de acesso;
 - d.4) ao funcionamento adequado dos comitês de avaliação de mortalidade por grupo de risco, (comissão de óbito);

IV - O acompanhamento quantitativo da parcela pré-fixada somente se dá sobre os procedimentos definidos na Tabela SUS como de média complexidade, financiados pelo fundo de Média e Alta Complexidade (MAC);

V - Para obtenção do cumprimento quantitativo hospitalar, será confrontado o volume de serviços contratados com o volume de serviços produzidos no respectivo período, conforme apresentação e aprovação do SIHD/SUS;

VI - O valor da diária de UTI será pago conforme financiamento Federal disposto na Portaria específica.

VII - Os valores dos Serviços Hospitalares da produção apresentada e aprovada no SIHD dos pacientes internados, do código 03.03.01.0223 Tratamento de infecção pelo novo Coronavírus, serão pagos conforme disposto na programação orçamentária.

VIII - Caberá ao Hospital apresentação da AIH do paciente no mês da alta hospitalar do mesmo.

III - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES



10.14 Seguir as orientações e diretrizes para diagnóstico e tratamento da Covid-19 conforme protocolo do Ministério da Saúde.

10.15 Para pacientes internados na terapia intensiva e com dificuldade de desconexão da ventilação mecânica, deverá ser ofertada a realização de traqueostomia no Contratado, observados os sinais de possibilidade de extubação, cujos relatos médicos deverão constar no prontuário.

10.16 Necessidade de médico para realizar assistência nos leitos clínicos.

III. 2 - DO CONTRATANTE

2.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

2.2 Controlar, fiscalizar e avaliar as ações e os serviços contratados;

2.3 Transferir os recursos previstos neste contrato à CONTRATADA, conforme Cláusulas.

IV - DA REGULAÇÃO E DO FLUXO DE ADMISSÃO DOS PACIENTES

Os pacientes que necessitarem dessa modalidade de assistência serão regulados e referenciados pela Central de Regulação Estadual

1.1 São elegíveis à admissão aos Leitos de UTI Adulto Tipo II Covid-19 na Unidade Hospitalar CONTRATADA ou aos leitos clínicos os pacientes exclusivamente suspeitos ou confirmados de Infecção pelo Coronavírus, encaminhados pela Central de Regulação Estadual.

V - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INCENTIVOS

1. ORÇAMENTO PÓS-FIXADO

O componente pós-fixado será repassado ao CONTRATADO pós-produção, processamento e aprovação no Sistema de Informação Hospitalar (SIH), conforme já descrito no Documento Descritivo.

ORÇAMENTO PÓS-FIXADO	VALOR (R\$)
Diárias de UTI (300 uni.)	R\$480.000,00
Outros serviços da AIH*	R\$17.841,84
Total	R\$497.841,84

* A prestação de serviços lançadas no código de procedimento 03.03.01.022-3 – Tratamento de infecção pelo novo Coronavírus

VI – PERFIL DO CADASTRO DE OFERTA

1- METAS FÍSICAS

Procedimento
10 leitos UTI Adulto Tipo II
09 leitos clínicos

VII - DISPOSIÇÕES GERAIS ORÇAMENTÁRIAS

I - Os desembolsos mensais pós-fixados estimados somente serão realizados após apresentação, processamento da produção e a transferência dos recursos correspondentes pelas esferas estadual e federal, observados o cronograma de aprovação da produção no DATASUS/MS e o fluxo de



pagamento instituído pela SMS-PM.

II - Os desembolsos dos valores de diária de UTI serão pagos conforme repasse em parcelas estabelecidas nas Portarias Federais.

III - Ficará a critério da SMS-PM, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e mediante decisão do Gestor Municipal, autorizar pagamentos superiores aos tetos de produção estabelecidos para a média e a alta complexidade;

IV - Os valores previstos neste Plano Operativo poderão ser alterados, tanto para a inclusão, quanto para a redução de ações e serviços, pactuados de comum acordo entre a SMS-PM e o CONTRATADO, mediante celebração de novo Termo Aditivo;

V - Esta SMS-PM revisará os valores do teto financeiro e o repasse de recursos financeiros de que trata este Plano Operativo na medida em que as esferas de gestão atualizarem os valores vigentes de procedimentos e incentivos do SUS.

VIII - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante do Hospital, DECLARO, para fins de prova junto à Secretaria Municipal de Saúde/FMS, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito de mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional, Estadual e Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no Orçamento da SMS-PM/FMS, na forma deste Termo Aditivo.

Patos de Minas, ____ de ____ de 2022.

Renata Ferreira Leles Dias
Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

Valéria Costa de Queiroz
Diretora Hospitalar do Hospital Regional Antônio Dias

IX - APROVAÇÃO DO CONCEDENTE

APROVADO:

Patos de Minas, ____ de ____ de 2022.

Luís Eduardo Falcão Ferreira
Prefeito Municipal de Patos de Minas

Ana Paula
Secretaria Municipal de Saúde
Patos de Minas - MG